

## FAKE`M – DA CONCEPÇÃO À MATERIALIZAÇÃO DO MUSEU DO FALSO (VISEU) FAKE`M – FROM THE CONCEPT TO THE MATERIALIZATION OF THE FAKE MUSEUM (VISEU)

Rui Macário Ribeiro

### Resumo

Tomado enquanto experiência para-laboratorial no domínio museológico, o Museu do Falso é um Museu de História da Cidade (neste caso de Viseu), composto exclusivamente de contribuições de criadores e agentes contemporâneos, cada trabalhando na sua área directa de especialidade e competência, subordinando as suas contribuições à premissa e ao conceito de “Simulacro”: E se um determinado evento tivesse ocorrido de modo diverso ao que efectivamente se verificou? Deste modo possibilita-se a construção de “documentos/artefactos” que possam representar simultaneamente uma revisitação da História; e, por outro lado, a adição de uma componente criativa directa. Os resultados desse processo existem numa dualidade entre o “Falso”, evidenciado enquanto constructo e o “Verdadeiro”, a peça especificamente pensada sobre a cidade que lhe dá substrato, por um dado agente. Por tudo isso, se faz discutir a noção e pertinência das estruturas museológicas, o papel dos agentes criadores, e em última instância, a própria noção de História, como opção diária, dentro de uma lógica de “Ego História”. O Museu do Falso, serve igualmente como um *hub* para os elementos patrimoniais e institucionais com responsabilidade ao nível do Património Cultural, dentro do espaço geográfico assumido como matricial.

Inaugurado a 18/05/2012 – num espaço comercial do centro histórico de Viseu, adaptado à intenção do projecto; onde se manteve até 31/03/2013 – é pensado com uma dinâmica permanente *online* e com cariz expositivo físico numa valência *pop-up*, adaptando as suas mostras à selecção das parcerias e dos locais onde se fará representar. Em 2014, contabilizando já um total de 27 peças, realizou

a sua segunda exposição, no Museu Grão Vasco (Viseu), entre 18/05/2014 e 30/06/2014, continuando o seu percurso e processo de aferição de relações entre o público e a História/Registo da História, versus noções identitárias construídas pela acção dos membros da comunidade.

Palavras-chave: Musealização, Simulacro, Identidade, Criação, Co-operação

#### Abstract

Considered as an almost laboratorial experience, the Fake Museum is a museum of Local History (specifically the city of Viseu) made exclusively from the contributions of creators and contemporary agents, each working in their specific field of expertise e competence, underpinning their contributions to the premise and concept of “Simulacrum”: what if a given event had occurred in a different way than what effectively did? This way it is possible to construct “documents/artifacts” that can represent simultaneously a re-visitation of History; and, on another view, add a direct creative component. The results of that process exist in a dual dimension between the “Fake”, shown as a construct, as the “Truthful”, the work specifically thought and made by a given agent, concerning the city that grounds the museums existence. For all this, it is given a working place, in which to discuss the notion and pertinence of museal structures, the role of creative agents, and, as a final stance, the notion of History itself, as a daily option, surmounted within a logic of “Ego-History”. The Fake Museum, also operates as a hub for the cultural elements and institutions with some degree of responsibility towards Cultural Heritage within the defined geographic space the museum assumes as founding.

Inaugurated at 18/05/2014 – at an old store at Viseu`s historical centre, adapted to the function and objectives of the project; and where it was maintained until 31/03/2013 – it is viewed regarding a permanent on-line presence and a physical manifestation platform that conforms with the concept of “pop-up” exhibits, adapting its expositions via a selection of the partners and the places the Fake Museum will show itself in. In 2014, having a total of 27 pieces, went forward with the second public display, at the Museu Grão Vasco (Viseu), between 18/05/2014 and 30/06/2014, giving continuity to its process of analyzing the relation between the public and History/History Recording versus the identitary notions built by the members of the community themselves.

Keywords: Musealization, Simulacrum, Identity, Creation, Co-operation

## NOTA PRÉVIA

Este texto surge originalmente no contexto da unidade curricular de Musealização do Património (leccionada pela Professora Doutora Laura Castro), integrada no Doutoramento em Estudos do Património da Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Polo da Foz. A temática a tratar, insere-se numa visão diferenciada do tratamento do Património Cultural mas ancorando-se nos três níveis congregadores de qualquer estratégia patrimonial cultural: registo, divulgação, valorização.

Abordar o Museu do Falso ([www.projectopatrimonio.com/museudofalso](http://www.projectopatrimonio.com/museudofalso); doravante MF ou Museu) num âmbito de análise como aquele que aqui tem lugar só se assume partindo do pressuposto de que o Museu é um projecto pensado para a comprovação de uma execução de baixo orçamento, capitalizando agentes e iniciativas mais do que necessidades de viabilização económica de agregação alargada (vulgo financiamentos públicos e candidaturas a apoios económicos tendo por fonte a União Europeia e seus programas); e é um projecto que durante as suas duas vidas tem podido congregiar atenções, interesses e visitantes. Em suma, pela vertente prática, quase laboratorial, demonstra que há um caminho para iniciativas de cariz ou aproximações museológicas, nomeadamente no que à criação contemporânea e à denominada História Local dizem respeito.

A forma adoptada é a de um ensaio/artigo de regime fundamentalmente explictador/descritivo quanto ao que é o projecto e como se efectivou até ao presente, abordando os conceitos e os factos dentro de uma metodologia matricialmente fenomenológica. A ausência de algumas elaborações mais desenvolvidas prende-se com a extensão do próprio texto, necessariamente menos apto a este modelo, se mais dilatado. A ausência de bibliografia prende-se com o indicado e sendo todas as menções públicas a informação é facilmente replicável – o modelo do presente e reforçando o que se disse, não permite um maior detalhe.

## O CONTEXTO MUSEOLÓGICO VISEENSE (2008-2013)

A cidade de Viseu, até 2008, possuía uma grande estrutura museológica de alcance nacional, o **Museu Grão Vasco**, e cinco estruturas para-museológicas (à data) de cariz “institucional” local: a dita **Casa-Museu Almeida Moreira** (de tutela municipal e operacionalizada como extensão do Museu Grão Vasco mas sistematicamente em processo de requalificação), o **Tesouro da Sé** (tutelado pelo Cabido da Sé de Viseu e objecto de avultados investimentos nos anos próximos ao referido, bem como sustentado anualmente por um subsídio municipal), o **Museu/Tesouro da Misericórdia** (pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Viseu e após 2008 alvo de uma requalificação que lhe granjeou uma menção honrosa ex-aequo para Melhor Museu Português nos Prémios da Associação Portuguesa de Museologia – APOM - 2011), o **Núcleo Museológico da Diocese de Viseu** (de tutela da própria Diocese, instalado no Seminário Maior de Viseu e intermitentemente apresentando exposições temporárias de longa duração, igualmente pensado para ser objecto de transformação em unidade museológica permanente e de referência – o que até Hoje não se confirmou), a **Casa da Ribeira** (núcleo municipal de acção etnográfica/centro de exposições de) e a **Casa da Lavoura e Oficina do Linho: Museu Etnográfico da Várzea** (igualmente de tutela camarária e igualmente listado nos Prémios APOM 2011, na categoria de Melhor Trabalho de Museografia – ex-aequo). Outros equipamentos de vocação para-museológica estavam em funcionamento ou em projecto no concelho de Viseu, integrando, no entanto um espectro mais aproximado ao de colecções visitáveis ou valências de acção local em que a nomenclatura “museu” surgia como a única equiparação com o objecto destas linhas.

Das estruturas referidas anteriormente, apenas a última assumia plenamente uma promessa eleitoral do então autarca (Fernando Ruas) para o que seria o seu último mandato (2008-2013): um município vocacionado para a “cultura” e que previa a criação de uma rede municipal de museus, ou – indiferentemente tratada a divergência de *nuances* – uma estrutura museológica municipal poli-nucleada (tendo sido apresentada e discriminada por ocasião de um Congresso sobre a questão judaica e cristã-nova em Viseu, em Fevereiro de 2009, durante o qual foi igualmente apresentado o primeiro – e único – número da revista do Museu Municipal – anseio antigo que em 2014 ainda não existe enquanto tal). A Casa-Museu Almeida Moreira, sendo o único núcleo com alguma tradição museal de tutela municipal, não era contudo um espaço adequado – ou gerido – no sentido de uma verdadeira unidade museológica eventual sede do projecto do Museu Municipal, e o elevado número de projetos e intenções que sobre si

tinham sido vertidos, não possuíam materialização ou operacionalidade; tendo sido oficialmente reaberto ao público no primeiro trimestre de 2013, rapidamente transformado em Museu Almeida Moreira.

Até ao final do mandato supra mencionado e para lá dos espaços municipais anteriormente indicados, foram inaugurados o Museu do Quartzo (30/04/2012) – com avultado investimento e um atraso quanto à data inicialmente prevista, de 7 anos –, a Coleção Arqueológica Dr. José Coelho (14/01/2013), e dotado de acção consistente o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (inaugurado em 2008).

Numa análise global, a promessa inicial de uma Rede Municipal de Museus assimilada à ideia de um Museu Municipal, que contaria segundo informação veiculada pela imprensa local com o Museu Grão Vasco, o Museu de Arte Sacra (vulgo Tesouro da Sé de Viseu), o núcleo museológico da Misericórdia e a Casa-Museu Almeida Moreira” e posteriormente com um Museu Militar e outras estruturas, conjugava ou assumia tutelas e missões (quando existentes) distintas, numa lógica de valorização ou divulgação da cidade (mais que do concelho). No entanto e de um modo muito particular, os trabalhos base de levantamento/tratamento de acervos e dados, não era indicado em nenhum programa, excepto quanto à publicação da revista Viseu.M (já indicada supra como veículo de divulgação do hipotético Museu Municipal de Viseu e cujo número inaugural apresentou como director o próprio Presidente da Câmara). Em particular no que diz respeito ao então designado edifício da Sinagoga de Viseu – que foi inclusive merecedor de placa turística com essa denominação e descrição – a avaliação baseava-se num único estudo não confirmado por qualquer outro dos investigadores que analisaram a documentação referente à História da cidade de Viseu. Sendo concomitantemente negado pela, por exemplo, Professora Doutora Maria Ferro Tavares aquando da sua participação e apresentação de comunicação no Congresso de Fevereiro de 2009. A Rede Municipal de Museus de Viseu, de uma lógica de complementaridade temática e centralização espacial (com excepção do espaço de Várzea de Calde) direccionada para uma oferta turística ampla, resvalava, entre a apresentação e a execução, para um espartilhar ideológico de reaproveitamento de espaços e recursos imediatos – o que só por si não é, apesar de tudo, criticável.

O período em causa marca igualmente o início das comemorações do Dia Internacional dos Museus na cidade, com uma programação partilhada pelos vários agentes e espaços (desde 2011, assumindo de 2012 em diante o título e

publicitada como “Festa dos Museus”) mas sempre centrada na Câmara Municipal ou centralizada pelos serviços de comunicação da mesma.

Em suma, a proposta museológica municipal viseense, parecia importar mais numa lógica de marketing que numa verdadeira aspiração a criar condições para sustentabilidade de acções ligadas (associadas ou derivadas) à investigação e posterior divulgação com conseqüente valorização das existências do concelho. O caminho era errático e no fundo não consubstanciava nenhuma das linhas motrizes que haviam sido apresentadas em 2008 (na verdade já mencionadas em 2007, nas reuniões da Assembleia Municipal e do Executivo). A ligação aos programas nacionais fazia-se apenas pela capacidade (quando existente) das estruturas não municipais, quando envolvidas, e ocasiões como o Dia Internacional dos Museus (bem como o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios ou as Jornadas Europeias do Património) não eram objecto de uma “candidatura” – sempre aceite e apenas necessitando da indicação das iniciativas previstas – aos responsáveis nacionais pela coordenação das actividades (havendo no entanto e por exemplo, o assumir da nomenclatura das comemorações que fossem seleccionadas para programação municipal, de modo autónomo e sem preocupação nalguns casos quanto à validade e legitimidade de acção e propriedade de direitos), como a “celebração” em 2012 e 2013 pela Câmara Municipal de Viseu do “*Free Comic Book Day*” – exclusivo a entidades comerciais – e nomeando-o “*Free Cartoon Book Day*”!

A um outro nível, o investimento municipal na criação e/ou requalificação dos espaços anteriormente mencionados foi no período em causa, avultado (impossível de quantificar pela ausência de números fidedignos que tenham sido disponibilizados) e escalonado numa lógica de ajuste directo na maior parte dos casos, “fechando” o acesso a propostas de outras entidades ou agentes.

## SURGIMENTO DO MUSEU DO FALSO

O MF surge no contexto da Projecto Património, numa primeira instância como mera ideia de contraponto teórico ao caminho seguido pela autarquia viseense em particular e a um vasto conjunto de entidades públicas de modo geral: a divulgação e investimento em elementos cuja validade ou comprovação histórica/científica fosse dúbia. No caso viseense, em primeira instância a questão da “Sinagoga” medievo-moderna viseense publicamente assumida enquanto tal (ver supra) e por outro lado o re-alimentar da questão do nascimento de D. Afonso Henriques em Viseu: ancorada na investigação de Almeida Fernandes (publicada

em 1993) que defendeu ser Viseu o local de nascimento do primeiro rei de Portugal, e que resultou em 2009 num congresso em torno à referida tese e já na presente década, nas primeiras indicações quanto à construção de um monumento sublinhando a mesma (com o erigir de uma estátua a D. Afonso Henriques). Por outro lado, na falta de cumprimento dos compromissos publicamente assumidos (vide novamente a título exemplificativo a situação da revista Viseu.M), a não integração (com planeamento antecipado e consequente) da cidade em programas globais/nacionais de divulgação da cidade, seu Património Cultural e História, e a ausência de uma estratégia para o sector, quando aparentemente clara a não concretização dos investimentos públicos anunciados em 2008, para a então simplesmente designada “cultura” em Viseu. Ao indicado acrescerá a situação económica que fomentava (e fomenta ainda) a emigração de um conjunto substancial de agentes qualificados no sector cultural e criativo, sem que lhes fosse dada oportunidade de desenvolver a sua actividade profissional ou sequer apresentar o seu trabalho e/ou propostas em igualdade de circunstâncias.

Em conjunto, a linha de pensamento foi-se paulatinamente concretizando até ao segundo semestre de 2011 – passando de uma mera questão conceptual de certificação dos vários “falsos” mediante a solicitação aos mais credenciados investigadores locais - sendo finalmente formulada como dentro de um conjunto de pressupostos teóricos mais próximos à cultura popular da primeira metade e meados do século XX, que ao conceptualismo artístico de finais do mesmo.

Assumiu-se então como um polo de pensamento ou “projecto” dentro de duas dimensões primordiais: a primeira, ligada à História Local (viseense) e ao fraco pendor de divulgação das mais recentes investigações realizadas e defendidas em âmbito académico (é ainda frequente a citação sem revisão de fontes ou re-análise dos documentos originais, dos autores – não académicos – da primeira metade do século XX ou da segunda metade do mesmo, retirando espaço de reconhecimento global ao que se acrescentou ou contradisse entretanto), por um lado e por outro na fraca adesão dos criadores, tidos como de escopo puramente “artístico”, ao abstracto da “verdadeira” factualidade histórica local; a segunda partindo da dinâmica criativa, reconhecendo um vasto conjunto de criadores contemporâneos a trabalhar na ou com relações pessoais e familiares à região de Viseu (de alcance nacional por exemplo, os casos de Alice Geirinhas e Nuno Tudela, cada em sua plataforma e *medium*) que não produziam trabalhos sobre a cidade/região ou os apresentavam nesse contexto geográfico. O MF surge então ancorado, nessas duas “necessidades” (de “validação” da mais recente investigação histórica local e de incentivo a pensar a cidade – sobretudo – pelos criadores a ela ligados).

O terceiro ponto ou terceiro vértice conceptual do MF, era o da própria questão de museu com seu conceito de implantação: o museu entendido como espaço materializador de validades que a partir do momento em que expostas “à sua guarda” se tornavam verdades ou adquiriam valor que sem a integração no espaço museológico não teriam. Surgida desta, advém a matéria da constituição do museu e seu fundamento legal ou possibilidade de criação/instalação de um museu “verdadeiro”, sem depender de *inputs* públicos ou critérios de subjugação burocrática, temática e respectivos cargos, títulos, etc. (num ano em que era já evidente o resultado da falta de financiamento para actividades nos museus sob tutela do Estado).

A finalidade última seria não a de criar falsidades, antes a de mediante a extrapolação ou alteração global de contextos e materialização em produções “artísticas”, apelar à atenção para a factualidade passível de comprovação (o Estado da Arte da História de Viseu, se se quiser, quase num critério de Museu da Cidade): do “falso” (que em si era verdadeiro, se lido o MF numa lógica de museu de criação contemporânea) ou construído, passar ao “verdadeiro” ou clássico, em método de recolha de dados pelo estudo das fontes e metodologias aplicáveis à História; colocando em contacto diversos tipos de agentes e seus processos de trabalho e produção de resultados (ambos, criadores e investigadores, produziram efectivamente “trabalhos” para o MF).

No final de 2011, inicia-se o processo de compilação da legislação nacional (mormente do que decorre da Lei Quadro dos Museus Portugueses: Lei n.º47/2004 de 19 de Agosto) sobre museus e decorrente interpretação sobre a ausência *de iure* e *de facto*, de questões impeditivas da criação de um museu, fosse qual fosse a sua temática, missão, visão ou objectivos (sendo contudo necessário possuir a totalidade destas vertentes) e inclusive não havendo necessidade de configurar um espólio/colecção quantificada em termos de número mínimo ou valor económico, havendo na consideração do valor cultural e/ou artístico uma deriva tão permissiva que nada impede efectivamente. O enfoque primacial estava na questão do conceito de Museu (artigo 3.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses) e ao que para o MF importava naquela etapa, a possibilidade de criação do mesmo sem necessidade de “superior” instância validante (artigo 5.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses) – o Capítulo VII (“Criação e Fusão de Museus”) pela própria formulação da Lei Quadro surge como antecâmara da credenciação de museus (Capítulo VIII – “Rede Portuguesa de Museus”) e denotando a vertente da criação dos espaços e instituições museológicas de âmbito público, não sendo aparentemente aplicáveis as



disposições aí constantes à totalidade dos museus. Uma outra questão que se prendia com a necessidade de uma política de incorporação das peças, foi ultrapassada mediante a opção pelas valências de doação ou – na maior parte dos casos, já que os autores das peças eram os seus proprietários, de molde a não importar custos ao MF – afectação permanente (como disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses).

Como etapa final deste processo, elabora um documento de fundação e especifica a sua missão, visão e objectivo (publicitados no site do MF). Após a “formalização” do Museu, seguiu-se o processo de selecção de um espaço – que se efectivou numa loja vintage/alfarrabista situada próxima ao Adro da Sé de Viseu “tornando-se” Museu na sua quase totalidade, dentro de uma perspectiva de museografia contemporânea, em que as peças – como se indica infra – sendo criações contemporâneas *concept specific* quando não directamente *site specif*, não impunham condicionantes quanto à sua acomodação (dispensando custos com vitrines, plintos, equipamentos de controlo ambiental, etc.), o que foi solicitado aos criadores aquando dos convites à participação no MF, e reforçado pelos mesmos na escolha dos locais de colocação das obras (pelos próprios). Os expositores utilizados – quando não fornecidos pelos autores das obras – foram cedidos pela Projecto Património (entidade que dispôs uma distinção jurídica interna criando uma estrutura sem fins lucrativos para o próprio MF, de modo a poder assumir a propriedade e tutela do MF na condição de museu).

A prática museográfica e sequente narrativa expositiva, não seguiu, por opção, qualquer ordenação cronológica ou tipológica, antes pretendendo um modelo que privilegiasse a livre movimentação pelo espaço distribuindo o museu por uma sala e logradouro, e aludindo ao conceito de *WunderKammer*. O trânsito entre as duas salas, far-se-ia inevitavelmente cruzando a loja (a única parte que manteve o seu anterior funcionamento) que passou a recepção/loja do MF e espaço de conferências/auditório – que na prática assim era usado desde há três anos.

Foi deliberado que o MF inauguraria no dia 18 de Maio [do 05] de 2012, por ocasião do Dia Internacional dos Museus, pelas 18h e 05m e 12 segundos e foram “empossados” até ao final de 2011 o Director e Sub-Directora (apenas esta última possuindo qualificação académica na área da museologia, mimetizando de algum modo o que ocorre com o Museu Nacional de Arte Antiga).

## CONCEPTUALIZAÇÃO

A vertente da conceptualização é uma das mais alargadas no que da produção e do “viver” do Museu do Falso derivam, no entanto o objectivo deste texto, sendo formalmente descritivo quanto ao processo, opta por não discorrer alargadamente sobre este ponto.

O MF baseia-se de modo muito particular na noção de Simulacro aplicada a um contexto artístico/criativo, derivando de uma vertente mais “pura”, para as solicitações do domínio da literatura, nomeadamente dentro da Ficção Científica (da qual em grande medida surge posteriormente a Teoria das Cordas ou Teoria M, embora a raiz da teoria dos multiversos ou realidades paralelas – entre outras designações comumente utilizadas – possa ser encontrada nos finais do século XIX). Philip K. Dick, considerado o precursor do sub-género, com o seu “O Homem do Castelo Alto” (1963), e a banda-desenhada, tornaram “populares” as iminências do pensamento sobre o fundamental da cronologia histórica e o próprio escrever da História, ao sugerirem que era válido ou possível questionar “E se” uma dada ocorrência não tivesse acontecido, ou pelo contrário algo tivesse de facto acontecido? Extrapolando o circunstancialismo destas premissas para ocorrências directas dentro da História Local Viseense, acomodou a base para o primeiro nível do constructo global, balizando a temática num território e seu desenvolvimento ao longo dos tempos, em suma, no seu Património Cultural e na noção de História em si igualmente um constructo que é meramente perceptível tendo em conta o que é ou pode ser apurado por cada novo contributo, ao invés da História como um valor absoluto confundível com um outro e sempre problemático conceito de Verdade.

A segunda plataforma emergente dentro das balizas conceptuais adoptadas, procurou a adaptação livre da teoria brechtiana de Teatro Épico (sobretudo quanto à incessante “promoção” do espectador não a agente passivo emocional, antes a actor social capaz de racionalizar o observado), aglutinada à obra e realização de Magritte (em particular a sua obra de “*La trahison des images*” – 1928/1929 – mais conhecida pela inscrição nela contida: “Ceci n`est pas une pipe”), derivando na possibilidade de leitura crítica – ou a isso incentivando – quer da anterior problemática histórica quer das realizações artísticas (e mundanas), materializando-se em objectos a que reconhece o valor de testemunhos. A particularidade daqui decorrente concentra-se no MF enquanto tal, visto que aos museus é dada a substância de espaços quase sacros de validação de uma cronologia e suas evidências teóricas e materiais.

A possibilidade de levar a cabo a criação de um museu que em particular assumisse ser Falso, trouxe consigo a fundamental – e que no devir da implementação do MF acabou por se tornar subsidiária – questão propalada por Orson Wells no documentário “*F for Fake*” (1975): “É bonito, mas é Arte?” em torno à autenticidade e valor da criação. Um museu deveria ser um espaço nobre, catalogado entre uma particular existência ou área do saber (História, Arte, Ciência, Arqueologia, etc.) ou não seria museu?

Originalmente programado como Fake Museum (com identificação em inglês) ou tratável pela “alrunha” de “Fake`M” (embora a possibilidade de eventuais conotações ofensivas fossem neste caso demasiado explícitas, embora pretendidas: significando ainda assim que não haveria necessidade de esperar por validações externas e que à História restava ser “falsificada”), tornou-se Museu do Falso, derogando o Falso no seu artifício e não no conteúdo. Se o Museu era passível de ser considerado como museu, se a orgânica era passível de ser a de um museu (e melhor até, nalguns casos que a de outros museus), se o acervo era passível de ser o de um museu e se a narrativa continha a sua “musealidade”: onde estava o Falso? Regressando ao topo: onde está a Sinagoga da cidade de Viseu propalada em congressos, notícias de jornal e intenções?

## CONCRETIZAÇÃO

Como indicado, o acervo do MF no que à sua colecção permanente diz respeito, foi constituído mediante o convite (entre Dezembro de 2011 e Março de 2012) a 27 criadores (individuais e colectivos), que trabalhavam em domínios tão vastos como a gastronomia, a pintura, a música, o cinema, a literatura e a arquitectura, havendo um processo inicial de informação sobre a História da cidade de Viseu e eventual sugestão ou colocação em contacto com investigadores que pudessem apresentar elementos (factos, momentos, personalidades, edifícios, etc.) menos conhecidos do grande público, solicitando aos referidos criadores que concebesssem e executassem uma obra (de museu/Museu) baseada na premissa de “E se uma determinada ocorrência da História de Viseu se tivesse produzido/ ou não verificado?”. Destes convites, houve resposta positiva – com consequentes peças – em 20 casos. Havendo uma data limite de 25 de Abril de 2012 para entrega da própria peça e dos necessários materiais para a constituição do catálogo inicial do MF e seu inventário (o catálogo foi tratado como o conjunto das peças “falsas”, as criações acompanhadas de respectivas narrativas ficcionadas – apresentado no site do Museu sobre fundo negro; e o inventário com memória descritiva das peças, indicação de autoria, suporte, técnica e dimensões da obra,

acompanhado da inserção do contexto histórico verificado em que a criação se havia baseado – apresentado no site do Museu sobre fundo branco).

Após o início do processo de convites aos criadores, foi realizada igual abordagem a um vasto conjunto de investigadores, de modo a poderem colmatar ou direccionar, se em fase inicial, a criação das peças, sendo aqui a circunstância – pelo próprio referencial da Projecto Património – mais directa e simples.

Em sequência foram estabelecidos contactos com a sede internacional do International Council of Museums (ICOM) – de modo a assegurar num primeiro momento a integração oficial do MF nas comemorações do Dia Internacional dos Museus 2012 (tendo por tema global: “*Museums in a Changing World: New Challenges, New Inspirations*”), num segundo, a “oficialização” por via do primeiro ponto, do próprio Museu. Ambos os pressupostos foram alcançados, tendo o MF sido um dos primeiros museus a nível mundial a integrar a planificação internacional do IMD2012.

Os elementos mais imediatos e corriqueiros (papel e afins), bem como as telecomunicações, consubstanciaram o único custo efectivo do MF (suportado pela entidade tutelar), sendo os restantes obtidos através da disponibilização dos bens pelo que foram os mecenas (discriminados na qualidade de “parceiros”). Em menos de dois meses tudo foi colocado à disposição do Museu e devidamente enquadrado para a inauguração.

## INAUGURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA “1ª VIDA”

Inaugurado à hora anunciada o Museu contou com a presença de cerca de 150 pessoas, com uma visita guiada à colecção e uma apresentação multimédia “acompanhada” pelo seu Director, abordando cada uma das 20 peças do núcleo inicial – através da leitura contextualizada do catálogo do Museu. Entre os presentes contavam-se os responsáveis pelo Museu Grão Vasco, Centro de Estudos Aquilino Ribeiro, Tesouro da Misericórdia, EXPOVIS (empresa que gere a Feira de S. Mateus, o maior e mais antigo evento agora turístico-cultural de Viseu), e representantes da Diocese de Viseu, Câmara Municipal de Viseu e das instituições de ensino superior sediadas na cidade. Quase todos os criadores e investigadores estiveram presentes (sendo que um número significativo não residia ou trabalhava em Viseu).

Foi a apresentação acompanhada pelo brinde oferecido por um dos patrocinadores e as portas só fecharam pelas 20h.

No dia 21 de Setembro de 2012 – dia da cidade de Viseu – foram incorporadas 5 novas peças, havendo na ocasião novo momento público de destaque do MF, com a presença de perto de 100 pessoas, entre os quais o Professor Doutor Manuel Luís Real que apresentou dados inéditos sobre a Cava de Viriato e sua evolução histórica.

A última incorporação, já com o Museu fisicamente encerrado (na lógica de uma primeira vida), ocorreu a 18/05/2013, marcando o fim do processo de desenvolvimento inicial do MF e seu conceito e oficialmente suspendendo a procura de novos elementos a incorporar. Após esta data, as peças afectas permanentemente foram devolvidas (procedeu-se à sua “desafecção permanente do Museu do Falso”), havendo a assinalar a oferta de 10 ao Museu.

A dinâmica do Museu baseou-se sempre no conceito de actividades paralelas (em número de 23, durante a 1ª vida do mesmo), potenciadoras de visitas e referências na imprensa ou meios de comunicação (a este nível os meios de comunicação social de âmbito geográfico próximo, bem como as comunidades online, vários destaques permitiram/concederam), sendo aliás encarado pelos promotores que uma das principais lacunas na actual praxis museológica “convencional” reside na ausência de capacidade/vontade de agir e por ela que se perde o pendor e a validade da existência dos museus enquanto tal, já que se fecham sobre si mesmos e pouco conseguem agregar sem algum tipo de “publicidade”. Independentemente da não existência de verbas para actividades por parte dos museus sob tutela estatal directa ou indirecta. Por outro lado, a procura de actividades externas à própria missão e objectivos dos museus que as promovem são vantajosas em termos de número de visitantes embora pouco válidas quanto às colecções que os ditos museus devem salvaguardar e promover.

## ESTATÍSTICAS E REPERCUSSÕES

Possuindo 26 peças no seu acervo, o MF foi nessa 1ª vida visitado fisicamente por aproximadamente 3500 pessoas entre a sua inauguração e o seu encerramento (Março de 2013), permanecendo online integralmente e mantendo a presunção de validade quanto à “permanência” da instituição e sua consagração enquanto museu. Havia até 12/01/2014 7983 acessos contabilizados à

pagina do Museu, ainda que nenhuma actualização lhe tivesse sido feita desde 18/05/2013.

A nível de “notoriedade”, o MF integra a definição da “*Wikipedia*” do Dia Internacional dos Museus (versão inglesa), e foi contactado pelo “*El País*” no sentido de explicitar o projecto. Já em 2013, foi listado pelo “*EXPRESSO*”, como um dos “*Segredos de Portugal*”, na edição impressa e na edição online. Entre outras referências nacionais e internacionais, destaca-se pelo inusitado a da publicação online “*Islamic Life*”.

## A 2ª VIDA DO MUSEU DO FALSO

Em Março de 2014 foi estabelecida uma parceria entre o Museu Grão Vasco (Viseu), instituição museológica portuguesa (das que maior número de obras classificadas como Tesouro Nacional possui no seu acervo) sob tutela estatal, e a Projecto Património, sendo acordada a segunda exposição física do Museu do Falso, a inaugurar no Dia Internacional dos Museus 2014 (sob a temática global “*Museum Collections make Connections*”), pelas 18h 05m e 14 segundos, reproduzindo o epíteto da exposição fundacional. Todos os 26 criadores foram contactados no sentido de renovar a sua anuência à continuidade do projecto (que pressupõe eticamente esta relação) e solicitadas revisões, caso o desejassem, aos textos submetidos em 2012/2013. Foram igualmente realizadas as necessárias diligências no sentido de incorporar uma nova peça no acervo do MF, a 27ª.

De acordo com o que foi divulgado como nota de imprensa: “Em 2014 o Museu do Falso regressa a uma sala. É a sua natureza pop-up em acção. Dia 18 de Maio, na celebração do Dia Internacional de Museus, o Museu Grão Vasco recebe a colecção do Museu do Falso, onde há espaço para novidades. A inauguração acontece às 18 horas 5 minutos e 14 segundos”.

A exposição, denominada “*Coffee Break: #MF @MGV – A Colecção do Museu do Falso de visita ao Museu Grão Vasco*”, esteve patente entre 18/05/2014 e 30/06/2014, sendo visitada por cerca de 6000 pessoas (segundo dados oficiais do Museu Grão Vasco) e contabilizando até fim de Julho de 2014 13864 visualizações online. Nesse período realizou três visitas guiadas acompanhadas em média por 50 pessoas, e um colóquio intitulado “*FAKE`M – Conversas em Torno ao Falso*” (07/06/2014) a que se procedeu ao registo integral (disponibilizado na página do Museu).

A título comparativo, a re-re-inaugurada Casa da Ribeira, anunciava cerca de 1000 visitantes em período ligeiramente superior, de acordo com a própria Câmara Municipal de Viseu.

## PALAVRAS FINAIS

Do caminho percorrido pelo Museu e do percurso possível, a lógica de uma existência *low-cost* museológica e de uma dinâmica interna que não se encare finita ou estanque, têm permitido um conjunto de realizações que são, antes de mais, fruto de um processo colaborativo impar no contexto geográfico em causa, o que é avaliável pela manutenção das colaborações iniciais e adesão ou associação de novos agentes e instituições, fazendo do Museu do Falso, mais do que um projecto individualizável ou circunscritível num grupo reduzido de indivíduos, uma ferramenta de análise do potencial comunitário de intervenção, também no enquadramento dos museus.

As inerentes falhas de um projecto em sistemática construção são, no entanto, passíveis de entendimento no próprio almejar da acção concretizadora e esse é, possivelmente, o maior desafio e a maior conquista do MF: o próprio existir.

Uma das “revelações” mais expressivas no âmbito do processo descrito, é a da relação (ou falta dela) dos indivíduos da comunidade com as cosmogonias historiograficamente propaladas, resvalando a aceitação do mais ao tempo (numa lógica de “Estado da Arte” da História Local viseense) para a capacidade de mobilização do autor do estudo/proposta ou do agente que o publicite. Para o MF, contudo, cada relação com um novo visitante – mormente aquando do contexto das visitas guiadas que assumem uma explicação mais elaborada de cada peça e sua contraparte factual – aparenta resultar em conversão ao reconhecimento de que a História é em si mais um fruto do tempo em que se regista que uma inabalável certeza.

Da orgânica interna, um outro desafio de potencial extrapolar da experiência do Museu do Falso para outras geografias, pende entre o possível e a verificação do conhecimento pelos promotores da realidade específica local e a própria circunstância que essa realidade gera. Um mote de “franchisar” o Museu do Falso é ainda assim uma recorrência, já que quaisquer outros museus de falsos são-no pelas peças, cópias, réplicas ou falsificações (havendo-os um pouco por todo o mundo).

Foi lido como um falso Museu contudo pode ser entendido como um “verdadeiro” museu, no sentido em que cumpriu os objectivos enunciados na Lei Quadro dos Museus Portugueses, cumprindo os critérios (de modo lato) de configuração de um museu; cumpriu (e cumpre) igualmente as funções de um museu, em particular se considerando o panorama museológico português. Cumpriu esses pontos, sem qualquer tipo de solicitação de financiamento externo quer para a sua criação quer para a sua manutenção – os parceiros foram-no efectivamente, e reconhecendo-o sendo igualmente reconhecidos como tal, de antemão.

## BIBLIOGRAFIA

“Abrir a porta do Museu do Falso”. In *Escape*, 10/07/2013. Disponível em: <http://escape.expresso.sapo.pt/boa-vida/roteiros/segredos-portugal-abrir-porta-museu-falso-17699753> (acesso: 12/01/2014).

“Almeida Henriques e Fernando Ruas na Inauguração da Estátua de Afonso Henriques”. In *Jornal do Centro Online*, 04/08/2014. Disponível em: <http://www.jornaldocentro.pt/almeida-henriques-e-fernando-ruas-na-inauguracao-da-estatuade-dafonsohenriques> (acesso: 08/08/2014).

“Câmara Municipal de Viseu” – Viseu.M. 2008. In *Revista do Museu Municipal de Viseu*, n.º 01. Viseu: Câmara Municipal de Viseu, Dezembro de 2008.

“Casa da Ribeira dedica espaço às memórias e aos artesãos”. In *Diário de Viseu Online*, 27/09/2013. Disponível em: <http://www.diarioviseu.pt/noticias/casa-da-ribeira-dedica-espacos-memorias-e-aos-artesaos> (acesso: 08/08/2014).

“Casa da Ribeira recebeu mais de 1000 visitantes em apenas dois meses”. In *Município de Viseu*. Disponível em: <http://www.cm-viseu.pt/index.php/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/78-demo/slides/1740-casa-da-ribeira-recebeu-mais-de-mil-visitantes-em-apenas-2-meses> (acesso: 08/08/2014).

“Casa da Ribeira renovada com exposições temporárias”. In *Jornal do Centro Online*, 17/05/2014: Disponível em: <http://www.jornaldocentro.pt/casa-da-ribeira-renovada-com-exposicoes-temporarias/> (acesso: 08/08/2014).

“Casa da Ribeira vai ser requalificada”. In *Viseu Mais*, 07/05/2013. Disponível em: <http://viseumais.com/viseu/casa-da-ribeira-em-viseu-vai-ser-requalificada/> (acesso: 08/08/2014).

Camille, Michael. 2003. “Simulacrum”. In Nelson, Robert S., Shiff, Richard (Ed.) – “Critical Terms for Art History”. Chicago: The University of Chicago Press (35-48).



“Cultura: Viseu aposta no estudo e musealização da presença judaica”. In *EXPRESSO Online* 12/02/2009. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/cultura-viseu-aposta-no-estudo-e-musealizacao-da-presenca-judaica=f497441> (acesso: 12/01/2014).

Dick, Philip K. 1993. *O Homem do Castelo Alto*. Lisboa: Livros do Brasil. 2 Vols. Coleção Argonauta (427 e 428).

Fernandes, Almeida. 1993. *Viseu, Agosto de 1109, nasce D. Afonso Henriques*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

“Festa dos Museus em Viseu”. In *Local.pt*, 27/05/2013. Disponível em: <http://local.pt/portugal/centro/festa-dos-museus-em-viseu/> (acesso: 12/01/2014).

“Free Cartoon Book Day na Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva”. In *Viseu Mais*, 04/05/2012. Disponível em: <http://viseumais.com/viseu/%C2%ABfree-cartoon-book-day%C2%BB-na-biblioteca-municipal-dom-miguel-da-silva/> (acesso: 12/01/2013).

ICOM - International Museum Day. 2012. Disponível em: <http://network.icom.museum/imd2012/imd-2012/activities-2012/europe/L/0/> (acesso: 12/01/2014).

“International Museum Day”. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/International\\_Museum\\_Day](http://en.wikipedia.org/wiki/International_Museum_Day) (acesso: 12/01/2014).

“International Museum Day”. In *Islamic Life*, 18/05/2013. Disponível em: [http://www.islamiclife.com/travel/2013/museum\\_day.php](http://www.islamiclife.com/travel/2013/museum_day.php) (acesso: 12/01/2014).

“Lei Quadro dos Museus Portugueses, Lei nº47/2004 de 19 de Agosto”. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/museus\\_e\\_monumentos/credenciacao\\_de\\_museus/lei\\_dos\\_museus.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/museus_e_monumentos/credenciacao_de_museus/lei_dos_museus.pdf).

“Museu de Serralves viaja até Viseu no Verão”. In *Observador*, 05/08/2014. Disponível em: <http://observador.pt/2014/08/05/museu-de-serralves-viaja-ate-viseu-verao/> (acesso: 08/08/2014).

Museu do Falso. Disponível em: <http://www.projectopatrimonio.com/museudofalso/index.html>.

Rede Municipal de Museus de Viseu. Disponível em: <http://www.cm-viseu.pt/index.php/diretorio/cultura/rede-municipal-de-museus> (acesso: 12/01/2014).

“Projecto Património” Disponível em: <http://www.projectopatrimonio.com/>.

“Sinagoga da Comunidade Judaica de Viseu vai integrar Rede de Museus Municipais”. In *Jornal do Centro*, ed.354. 26/12/2008. Blog “Viseu – Revista de Imprensa”. Disponível em: <http://viseurevistadeimprensa.blogspot.pt/2008/12/sinagoga-da-comunidade-judaica-de-viseu.html> (acesso: 12/01/2014).

Sousa, João Silva de 2009. “Congresso D. Afonso Henriques. 900 Anos Depois”. In *Medievalista Online*, Ano 5, N.º 7. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista7/medievalista-notas-sousa7.htm> (acesso: 12-01-2014).

“Viseu assume-se berço de D. Afonso Henriques”. In *Jornal de Notícias Online*, 16-09-2008. Disponível em: [http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Viseu&Concelho=Viseu&Option=Interior&content\\_id=1013732](http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Viseu&Concelho=Viseu&Option=Interior&content_id=1013732) (acesso: 12/01/2014).

“Viseu organiza um Museu de História da Cidade”. In *Mundo da Arte*, n.º 04. Coimbra: EPARTUR, Março de 1982 (43).

“Viseu tenta conquistar berço de Afonso Henriques, erguendo estátua ao rei”. In *Público Online*, 17/07/2013. Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/viseu-tenta-conquistar-berco-de-afonso-henriques-erguendo-estatua-ao-rei-1600510> (acesso: 12/01/2014).